



História Cultural

VII Simpósio Nacional de História Cultural

**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

MARCAS DA PROFANAÇÃO: APROPRIAÇÕES SUBVERSIVAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM UMA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Diego Finder Machado*

Há um contágio profano, um tocar que desencanta e
devolve ao uso aquilo que o sagrado havia separado e
petrificado.

Giorgio Agamben¹

Na manhã do dia 8 de outubro de 2012, a escultura considerada o mais antigo monumento comemorativo de Joinville foi avistada, pelos transeuntes que circulavam pela região central do município, em uma cena bastante incomum. Destoante em relação à sua tonalidade bronzeada habitual, a herma construída em homenagem à Princesa Dona Francisca, monumento de autoria do artista Fritz Alt que marcou as comemorações da passagem dos 75 anos da chegada dos primeiros imigrantes europeus a Joinville, exibiu novas colorações. Na noite anterior, uma intervenção inesperada havia ocorrido, quando alguém, que até hoje não se tem qualquer notícia, pintou o rosto da princesa com um

* Mestre em História. Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – PPGH/UDESC, sob orientação da Profa. Dra. Janice Gonçalves. Bolsista CAPES. Membro dos Grupos de Pesquisa “Cidade, Cultura e Diferença”, da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, e “Linguagens e Representação”, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. E-mail: diego_finder@yahoo.com.br.

¹ AGAMBEN, Giorgio. Elogio da Profanação. In: _____. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 66.

batom vermelho. Pela intensidade da pintura, pode-se imaginar que do batom nada restou. Um fotógrafo da cidade, Eberson Theodoro, ao passar pelo local capturou a imagem com sua câmera. Sua fotografia, produzida em algum momento no entremeio entre o do dano cometido e as posteriores intervenções de reparo, foi divulgada tanto pela imprensa escrita local como pelas redes sociais virtuais.

A reação dos diversos comentadores desta imagem, tal como a do próprio fotógrafo, demonstraram um sentimento de revolta em relação à impertinência deste ato. Em sua página no Facebook, o fotógrafo Eberson Theodoro manifestou sua indignação: “Sinceramente, de que adianta cobrar do poder público mais acesso à cultura quando parte da população não sabe valorizá-la? Ao passar pela Rua das Palmeiras me deparei com esta cena grotesca. O busto da princesa Dona Francisca, obra do artista Fritz Alt, foi o primeiro monumento público da cidade. E olha o que fizeram com a imagem da princesa...”.

Essa revolta reverberava de forma mais intensa pelo fato de que este monumento havia voltado ao convívio público há apenas pouco mais de um mês. No dia 5 de julho, após sua restauração pelos técnicos da Fundação Cultural de Joinville, o monumento foi reinstalado no centro da Alameda Brüstlein, a conhecida Rua das Palmeiras. Esta ação, por sua especificidade técnica, exigiu um investimento considerável por parte do poder público municipal, com recursos financeiros e humanos. Como parte de uma ação de requalificação urbanística da Rua das Palmeiras, duas restauradoras trabalharam intensamente por meses para minimizar os efeitos causados por danos anteriores e por intervenções reparadoras mal sucedidas que, em outro momento, haviam sido executadas por pessoas pouco versadas em restauração. Nas palavras da artista visual Linda Poll, à época coordenadora do Museu Casa Fritz Alt, depois de tantos percalços, a obra de arte precisou passar por uma espécie de “tratamento de beleza, um *peeling*”: “Mostra-se renovada, embelezada e reluzente. O trabalho foi feito por duas ‘esteticistas’, habilidosas e cuidadosas. Mãos restauradoras que fizeram uma limpeza de pele desde a face, cabelo, pescoço até a roupa”². Após esta “limpeza de pele”, parece que a maquiagem não prevista pareceu um certo abuso esteticizante. Ao tomar ciência do ocorrido, as restauradoras da Fundação Cultural foram acionadas para demaquilar o rosto tão vulgarmente pintado para que a princesa novamente voltasse a ser vista em sua coloração habitual. Este fato

² POLL, Linda. O Passeio de Dona Francisca. **Jornal A Notícia**, Joinville, 2 set. 2012.

pitoresco, nos remete a outros momentos em que a o monumento à Dona Francisca sofreu intervenções agressivas.

Em 2005, uma matéria da jornalista Marlise Groth, publicada no Jornal A Notícia, denunciou que o patrimônio cultural de Joinville estava sendo constantemente ameaçado por usos inapropriados. Esta matéria tratou mais especificamente das obras do Artista Fritz Alt expostas em espaços públicos que estavam sofrendo ações de “vandalismo”. Conforme a jornalista, “mais uma vez, a atenção dos vândalos concentra-se nos bustos, relevos e placas de bronze, que, arrancados, são vendidos no mercado ilegal do desmanche”. Entre os casos elencados ao longo do texto, a matéria tratava de uma tentativa de furto do monumento à Dona Francisca. Como foi narrado, “os responsáveis pela violação quebraram a base do pedestal de concreto e só não levaram a escultura em virtude da forte estrutura que lhe mantém à base”. Em um tom poético, Marlise Groth constatou que “a princesa Dona Francisca não perdeu seu encanto mas, em decorrência da queda do pedestal, teve parte da estrutura da cabeça amassada, em especial, o coque que arremata o penteado”³.

Para o lamento explícito da jornalista, este não havia sido o primeiro atentado (e, certamente, nem o último) contra a representação escultórica da princesa. Em 2001, quando o município comemorou seus 150 anos, uma agressão ainda não muito bem explicada retirou a pátina verde que cobria o bronze, pátina esta desenvolvida pelo próprio Fritz Alt. De acordo com a matéria, esta ação, foi “fruto do trabalho de ambulantes que estariam no centro fazendo demonstrações de produtos de limpeza”⁴. Um verniz brilhoso passou a cobrir a peça até que, em 2012, a obra foi restaurada.

Outro fato intrigante, noticiado no dia 12 de abril de 1992, foi o inesperado ataque a outra obra de Fritz Alt, o Monumento ao Imigrante, inaugurado em 1951 para marcar a passagem do centenário da chegada dos primeiros imigrantes europeus a estas terras localizadas ao sul do Brasil.

Nas palavras de Vania Oliveira, jornalista responsável pela redação da notícia que dava conhecimento do ocorrido, duas das estátuas que compõem o conjunto monumental haviam sido separadas em sua base. Tratava-se de duas estátuas que representavam simbolicamente o encontro, no processo colonizador, entre os “nativos” e

³ GROTH, Marlise. Patrimônio Ameaçado. **Jornal A Notícia**, Joinville, 14 jul. 2005. p. C1

⁴ Id. Ibid.

os imigrantes europeus que aportaram em Joinville ao longo do século XIX. Embora não tivesse sido encontrado qualquer rastro que permitisse revelar a autoria do dano, suspeitava-se, como afirmou a então diretora do Museu de Arte de Joinville, Marina Mosimann, de que “este ato de vandalismo foi praticado por pessoas interessadas em vender o bronze”⁵. Levando em consideração que o material utilizado para dar forma à obra de arte poderia, por seu significativo valor de mercado, ter rendido algum lucro em uma transação ilícita, é possível creditar pertinência à suspeita. Contudo, ficou evidente o fracasso desta tentativa de assalto ao patrimônio cultural da cidade, pois, provavelmente, os autores do delito perceberam que furtaram algo que não conseguiriam carregar. Durante alguns dias, a espera de reparos, estas estátuas foram toscamente atreladas por uma corda e apoiadas por pedaços de madeira, como se pôde observar em uma fotografia estampada no jornal.

O interessante deste acontecimento é que nos parece, em um olhar retrospectivo, que o gesto inusitado marcou uma cisão subversiva no discurso memorialístico, próprio do momento comemorativo do centenário de Joinville, que buscava abrandar uma história de cizânias na relação entre “nativos” e “imigrantes”. A visão romantizada pela obra de Fritz Alt representava um nativo acolhedor mostrando as terras de Joinville ao imigrante que aqui desejava estabelecer seu novo lar. Para Janine Gomes da Silva, “a ideia do monumento era perpetuar uma história pautada na saga da imigração, abafando problemas recentes e estabelecendo ligação entre ‘nativos’ e ‘imigrantes’”⁶. Ironicamente, parece que o delito, ao cortar momentaneamente os elos que mantinham esta ligação, lembrou a todos nós o quanto este encontro foi permeado por tensões e conflitos que, ao longo da história de Joinville, estabeleceram fronteiras pouco fluídas entre os diferentes e introduziram dissonâncias na monotonia de um convívio harmonioso.

Ainda hoje, podemos observar na base desta composição escultórica a marca indelével deixada por esta ação, uma cicatriz deixada pela fratura que cindiu o monumento. Da mesma forma, o monumento à Dona Francisca, mesmo após sua restauração, traz em sua materialidade diversos indícios que nos levam a pensar sobre os danos que sofreu ao longo do tempo. Como em um palimpsesto, estes bens culturais

⁵ OLIVEIRA, Vânia. O Monumento ao Imigrante está danificado. **Jornal A Notícia**, Joinville, 12 abr. 1992. p. 17.

⁶ SILVA, Janine Gomes da. **Tempo de Lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: história e memórias sobre a cidade de Joinville**. Joinville: Univille, 2008. p. 127.

guardam em sua materialidade impressões das práticas diversas que os inseriram no cotidiano urbano. Tratam-se de indícios pouco legível àqueles que cotidianamente caminham pelas praças públicas e pelas ruas da cidade. Porém, a partir do confronto investigativo com outras fontes de informação, estes indícios nos levam a refletir sobre a historicidade das sobreposição de usos e apropriações, autorizados ou não, dos bens culturais patrimonializados. Algumas fotografias e documentos escritos produzidos por técnicos e arquivados na Fundação Cultural de Joinville podem nos servir como importantes acessos à informação sobre diferentes ataques contra o patrimônio cultural do município.

Em diálogo com estas narrativas de ataques contra o patrimônio cultural de Joinville, mais especificamente contra esculturas públicas, este breve ensaio apresenta algumas das questões que orientaram uma proposta de pesquisa de doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Esta pesquisa, ainda em fase inicial, versa sobre a história das sensibilidades⁷ em relação ao passado da cidade de Joinville, por meio da interpretação de práticas e representações relacionadas aos atos considerados “vandalismo” contra o patrimônio cultural. Fundamentada na perspectiva teórica da chamada História Cultural, esta pesquisa tem por objetivo compreender, na história recente, a construção de uma “ordem patrimonial”, bem como suas subversões. Mobilizando fontes diversas, pretende-se argumentar que a temática do vandalismo contra o patrimônio consiste em um relevante problema de investigação no campo da História, especialmente no domínio da História do Tempo Presente.

Em certa ocasião, o escritor alemão Robert Musil afirmou, em tom de provocação, que a peculiaridade mais importante dos monumentos é que ninguém os nota, o que certamente contradiz a intenção primeira de sua existência. Para ele, “não há no

⁷ Segundo Sandra Pesavento, “as sensibilidades são uma forma de apreensão e de conhecimento do mundo para além do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas”, trata-se de uma resposta ou reação imediata dos sentidos em contato com a realidade. Porém, “as sensibilidades correspondem também às manifestações do pensamento ou do espírito, pela qual aquela relação originária é organizada, interpretada e traduzida em termos mais estáveis e contínuos. Esta seria a faceta mediante a qual as sensações se transformam em sentimentos, afetos, estados da alma”. Neste processo de ordenação, as percepções e as sensações atuais são postas em relação com experiências do passado acionadas pela memória. Algumas sensibilidades, pela sua capacidade mobilizadora, são compartilhadas em sociedade, o que instiga os historiadores a interpretar padrões que podem ser identificados no transcurso do tempo. In: PESAVENTO, Sandra. *Sensibilidades: escrita e leitura da alma*. In: _____; LANGUE, Frédérique. **Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 10.

mundo inteiro nada tão invisível quanto os monumentos. E, no entanto, foram erguidos, sem dúvida, para ser vistos ou, mais categoricamente, para despertar atenção”⁸. Visando render glórias a personagens relevantes ou marcar momentos históricos de significativa importância na trajetória de um lugar, os monumentos são erigidos com vistas a estimular sentimentos de identificação com o passado narrado. Sua presença, presumidamente necessária, é justificada pelo intuito de instruir as maneiras adequadas de se sentir pertencente ao lugar.

Ao longo do tempo, estátuas foram incrustadas em espaços de convívio público, manifestando desejos de eternidade. Os transeuntes “dia após dia desviam-se delas ou utilizam seus pedestais como uma ilha de proteção; usam-nas como bússolas ou ponto de referência quando se dirigem à conhecidíssima praça em que estão erguidas”. Porém, por se tratarem de parte integrante do cenário de uma rua, tal como uma árvore, “ficariam momentaneamente perplexos se não as encontrassem mais ali numa manhã qualquer”. Mesmo assim, ainda segundo o autor, “ninguém as vê, nem tampouco têm a menor ideia de quem elas possam representar, exceto talvez que se trata de um homem ou de uma mulher”⁹. Afinal, como alerta Paul Veyne, “a história, ou pelo menos a história geral, deve lembrar que as obras de arte funcionam apenas a dez por cento de sua capacidade”¹⁰.

Apesar de uma possível invisibilidade, como reagiríamos diante da inesperada destruição de um monumento público ou de qualquer outro bem cultural patrimonializado? Possivelmente a ausência repentina pudesse chamar a atenção para uma presença até então pouco notada e que, por isso, dávamos pouca importância. Ou, talvez, mesmo assim persistiria a indiferença. Os ataques ao patrimônio cultural, atos aos quais comumente se imputa a alcunha de “vandalismo”¹¹, trazem à tona sensibilidades divergentes em relação à presença do passado, possibilitando a interpretação de tensões

⁸ MUSIL, Robert. Monumentos. In: _____. **O Melro e outros escritos de Obra Póstuma Publicada em Vida**. São Paulo: Nova Alexandria, 1996. p. 48.

⁹ Id. Ibid. p. 49.

¹⁰ VEYNE, Paul. Condutas sem crença e obras de arte sem espectador. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 175-188, jan./jun. 2012. p. 180.

¹¹ Embora seja necessário reconhecer o caráter pejorativo da palavra “vandalismo”, este termo é mantido aqui por ser amplamente mobilizado publicamente e facilmente reconhecível pela grande maioria das pessoas. Utilizado pela primeira vez, em sua acepção como sinônimo de espírito de destruição, no final do século XVIII pelo abade Henri Grégoire, este termo foi cunhado para denunciar o risco de desaparecimento de importantes artefatos culturais, tais como monumentos, pinturas e livros que, após a Revolução Francesa, estavam sendo destruídos como símbolo de um ódio ao passado. Cf. GAMBONI, Dario. **La destrucción del arte: iconoclasia e vandalismo desde la Revolución Francesa**. Madrid: Cátedra, 2014.

e conflitos que permeiam a vida cotidiana em cidades do tempo presente, especialmente no que se refere aos usos e apropriações dos bens culturais socialmente compartilhados.

Estas “maneiras de usar”, como diria Michel de Certeau¹², possuem uma peculiaridade. Diante da sacralização de determinados bens culturais, uma atribuição de valor que subtrai determinados bens ao livre uso pelas pessoas, os ataques ao patrimônio cultural são maneiras particulares de profanação. Como explicou Giorgio Agamben, “puro, profano, livre dos nomes sagrados, é o que é restituído ao uso comum dos homens. Mas o uso aqui não aparece como algo natural; aliás, só se tem acesso ao mesmo através de uma profanação”¹³. Distante de um uso permitido e desejado, tais ataques profanadores restituem ao cotidiano o que havia sido separado dele por um ritual de deferência, subvertendo anseios e expectativas.

Na contemporaneidade, vivemos uma renovada “sedução pela memória”¹⁴, sedução esta que, em muitos casos, vem acompanhada de um reencantamento pela preservação do patrimônio cultural. Segundo Dominique Poulot, no decorrer do século XX, o termo “patrimônio” conheceu um sucesso mundial sem precedentes. Para ele, “a representação de uma herança a ser conservada, tomando as providências para sua manutenção e transmissão, parece satisfazer uma das aspirações profundas das sociedades contemporâneas”¹⁵.

Certamente não podemos generalizar afirmações como esta, imaginando utopicamente que essa sensibilidade acurada pela memória e pela preservação do patrimônio cultural seja compartilhada por todos de maneira indiscriminada, ainda mais quando tratamos de contextos históricos externos ao mundo europeu. Contudo, quando aproximamos essa defesa do patrimônio a outras expectativas em relação ao mundo em que vivemos, tais como os desejos de viver em um lugar limpo e bem ordenado, onde seja garantida a segurança das propriedades públicas e privadas, e, sobretudo, onde sejam combatidas ações violentas, podemos observar que os atos de vandalismo comovem muitas pessoas, para as quais tais atitudes destrutivas não passam de escolhas irracionais

¹² Cf. CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹³ AGAMBEN, Giorgio. Op. Cit. p. 65.

¹⁴ HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

¹⁵ POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 30-31.

motivadas por ignorância ou por pura estupidez. Quando estes atos têm como alvo bens de propriedade pública, a opinião manifestada por muitos é de que o vandalismo acarreta gastos do erário que poderiam ser evitados.

Com base na historicidade das práticas e representações ocidentais em relação ao patrimônio cultural, podemos dizer que a nossa época vivencia a construção de algo que podemos denominar como uma “ordem patrimonial”. Essa expressão pode ser compreendida por um duplo caminho.

Em primeiro lugar, podemos entender conceitualmente esta “ordem patrimonial” a partir da construção de uma ética amplamente disseminada em relação ao dever de proteger e preservar os bens culturais tangíveis do passado. Esta ética poderosa foi ao poucos se tornando normatizada e normalizada a partir da construção de diversos mecanismos jurídicos e de um vasto arcabouço de conhecimentos técnicos e teóricos com a pretensão de garantir a ordem na transmissão desta herança, definindo tanto atitudes corretas e louváveis como atitudes de desvio ou delito. Incluindo a prescrição de maneiras ordeiras de se relacionar com o patrimônio cultural e, de maneira mais geral, de comportar-se na vida urbana, a “ordem patrimonial” se mistura ao que se costuma chamar de “ordem pública”. A construção desta “ordem” se tornou possível graças à ampliação constante do trabalho de várias instituições públicas e privadas a quem foi atribuído o papel de empreender esforços na busca por sua instauração (inclusive com o poder de indicar punição aos atos contraditórios ao estabelecido), bem como aos investimentos acadêmicos e científicos alinhados a esta tarefa.

Em segundo lugar, em um caminho complementar e intercambiável, podemos compreender a construção desta “ordem patrimonial” como uma das manifestações da ordem hegemônica da experiência com o tempo que tem marcado o mundo ocidental desde a queda do Muro de Berlim, em 1989. Para François Hartog, atualmente, “ao ‘dever’ de memória, com sua recente tradução pública, o remorso, ter-se-ia acrescentado algo como ‘a ardente obrigação’ [...] do patrimônio, com suas exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração”¹⁶. Em sua concepção, este é um traço distintivo do momento atual, de uma ordem do tempo que influencia o nosso cotidiano, demonstrando uma relação intensa e massificada com o presente. Vivemos sob o imperativo que nos

¹⁶ HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 195.

impulsiona à percepção de que o patrimônio é bom em si mesmo e, portanto, pouco ou nada discutível. Afinal, em um mundo um tanto desiludido com as promessas de futuro, muitos se voltam para a experimentação do presente, mas um presente sustentado pela experiência reconfortante da presença de marcas visíveis do passado, marcas essas que tanto provocam sentimentos nostálgicos como reações de luto e ressentimento.

Em ambos os sentidos do que chamamos de “ordem patrimonial”, os atos de vandalismo são expressões de subversão a uma ordem desejada por muitos, um questionamento das maneiras convencionais pelas quais determinadas sociedades se relacionam com a presença dos vestígios materiais do passado e, em termos mais gerais, das prescrições que definem as regras de convívio nestas sociedades.

A construção desta “ordem patrimonial” é atravessada por práticas discursivas, advindas de diferentes campos disciplinares, que lhe dão sustentação e legitimidade social, práticas estas também alinhadas a uma ordem, àquilo que Michel Foucault denominou como “ordem do discurso”. Como mencionou este autor, “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”¹⁷. A circulação de discursos em nossas sociedades se dá por relações assimétricas e disseminadas de poder, onde entram em jogo processos de exclusão, que interditam ou segregam o poder de falar, bem como mobilizam vontades de verdade, apoiados em suportes institucionais que se apropriam e controlam a distribuição dos discursos.

Durante muito tempo, se construiu uma imagem de Joinville, propalada pelos discursos, que insiste em afirmar que nestas terras vivem apenas pessoas trabalhadoras, honestas e, sobretudo, ordeiras. Esta construção discursiva serviu de inspiração para a elaboração de um dentre tantos epítetos atribuídos a esta cidade, o de “Cidade da Ordem”. Em diferentes momentos da história da cidade, este epíteto recebeu novos significados, sempre manifestando, contudo, a ideia de que em Joinville se poderia encontrar um povo pacato, avesso à violência, cumpridor das regras definidas para o convívio em sociedade, subordinado ao poder das autoridades legítimas, ou seja, uma população fortemente obediente diante da ordem estabelecida. Em muitos casos, esta imagem idealizada serviu de pretexto para manifestações de ojeriza e desprezo aos considerados estrangeiros,

¹⁷ FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996. p. 8-9.

àqueles que não tiveram o “privilegio” de nascer em um lugar aparentemente tão bem resolvido e sem grandes problemas sociais.

Nas últimas décadas, tem se tornado quase um lugar comum na historiografia acadêmica sobre Joinville questionar as visões romantizadas sobre a cidade e seus habitantes. Parte considerável desta historiografia tem combatido e se empenhado em quebrar a imagem da “Cidade da Ordem”. Contudo, quando o tema em questão é o patrimônio cultural e as práticas de patrimonialização, pouco se falou sobre os atos subversivos que desestabilizaram, mesmo que momentaneamente, uma “ordem patrimonial”. Em alguns casos esta ordem é interpretada como boa em si, e, portanto, pouco ou nada discutível e, quando críticas são propostas, elas centram suas argumentações na ineficiência do Estado, em seus distintos âmbitos, tanto em sua capacidade de prover à proteção, preservação e valorização do patrimônio cultural, como em sua capacidade de abarcar, no processo patrimonializador, as diferenças culturais.

Defende-se aqui a ideia de que a atenção voltada aos atos de vandalismo pode estimular um importante deslocamento do foco nos estudos sobre o patrimônio cultural. Para além da atuação do Estado neste campo, a pesquisa sobre estes atos pode instigar interpretações sobre as maneiras divergentes como a sociedade se relaciona com os bens patrimonializados, enunciando práticas e representações conflitantes. Como lembra Dario Gamboni, em seu estudo sobre a destruição de obras de arte, tais obras raras vezes foram pensadas para serem degradadas ou destruídas. Da mesma forma, raramente se cogita a desaparecimento de um bem cultural patrimonializado, já que, por definição, encarnam desejos de eternidade. Deduz-se, então, que “os ataques representam, em geral, uma ruptura na comunicação que se buscava ou um desvio da atitude ‘normal’ mostrada em relação a elas”. Neste sentido, “podem ajudar-nos a perceber e compreender melhor a pluralidade de funções que [...] seguem desempenhando, a pluralidade das atitudes correspondentes, as reações que existem e os conflitos que surgem entre elas”¹⁸.

É preciso destacar que as interpretações destes atos “subversivos” são múltiplas e multifacetadas. Afinal, ao tratar de um tema tão complexo e diversificado, não podemos esperar explicações simples e tranquilas. Isso pode ser bem entendido, quando percebemos como um mesmo observador pode emitir julgamentos diferentes ao comparar distintos atos de vandalismo. Como bem lembrou Dimitrios Chatzigiannis, alguns destes

¹⁸ GAMBONI, Dario. Op. Cit. p. 17.

atos “são comemorados como eventos históricos importantes, e outros são estudados e preservados como antiguidades”, especialmente quando manifestam contrariedade a regimes autoritários. Em contrapartida, outros atos, realizados no seio de nossas sociedades democráticas e em tempos de relativa paz, “são negligenciados, ignorados ou criticados como atos estúpidos, antissociais ou mesmo como crimes contra o patrimônio cultural”. Para este autor, um ato de vandalismo só pode ser interpretado levando em consideração o contexto sócio-político e os valores socialmente compartilhados. Segundo ele, os atos de destruição do patrimônio cultural desafiam os valores amplamente aceitos, pois “a pessoa que escolhe quebrar um monumento público ou sujar uma obra de arte em um museu perturba sua integridade estética, critica seu significado político, desrespeita a ética atual em relação ao comportamento decente, quebra a lei, cria o crime e a sujeira”. Nestas condições, “todos os valores sociais expressos através da herança cultural são insultados”¹⁹.

Apropriando-se das contribuições teóricas de Michel de Certeau²⁰, não podemos deixar de observar o quanto estes atos são atravessados por relações assimétricas de poder. Diante de estratégias bem definidas, com um lugar próprio e com o poder para definir e redefinir estes lugares, podemos identificar, na vida cotidiana, relações táticas pouco visíveis que, a princípio, não buscam necessariamente marcar uma ruptura nas relações de poder estabelecidas. Sem um lugar próprio, as relações táticas se apropriam do lugar do outro, tomando vantagens das oportunidades disponíveis, jogando neste campo estranho que, a princípio, não lhe pertence. Esta arte do fraco transforma o lugar do poder em lugar praticado.

Seguindo por esta concepção, podemos considerar as diferentes formas de apropriação do patrimônio cultural, tais como os atos de vandalismo, como práticas de um lugar. Tratam-se de apropriações táticas de bens culturais que representam estratégias de poder, o poder de alguns grupos para demarcar a sua história e a sua memória em um lugar próprio. Neste sentido, podemos dizer que os atos de vandalismo são subversões táticas da ordem estabelecida. Na maioria das vezes, tais atos não visam romper com os poderes estabelecidos, mas se inscreverem socialmente a partir dos próprios elementos que caracterizam tais poderes.

¹⁹ CHATZIGIANNIS, Dimitrios. Rethinking Vandalism: alternative interpretations of deliberate destruction of cultural heritage. **E-Conservation Magazine**, Évora, n. 25, p. 182-195, 2013. p. 183.

²⁰ Cf. CERTEAU, Michel. Op. Cit.

Voltando a notícia de jornal que narrou a tentativa de furto do Monumento ao Imigrante, o que torna aquele episódio intrigante é o fato de que, diante do poder sublime da monumentalização de uma narrativa sobre a história de Joinville, houve quem passou por ali e apenas viu metal a ser derretido. Indiferente a um presumido valor cultural imensurável, alguém apenas enxergou algum ganho a obter com a venda das partes despedaçadas e deformadas do monumento. Obviamente se trata de um fato extraordinário, mas um fato que nos leva a refletir sobre a multiplicidade de apropriações cotidianas que subvertem os sentidos previamente planejados pelas narrativas monumentais. Como destacou Paul Veyne, “onde seria tentador buscar uma essência da arte ou uma atitude fundamental [...] percebemos uma multiplicidade de funções e uma distribuição social das atitudes correspondentes”. Diante da imponente de um monumento público, podemos observar que “uma confusão, uma bruma de cotidianidade, toma o lugar das grandes superfícies de cor intensa”²¹.

Ainda na mesma matéria, ao apresentar este e outros casos que envolveram furto ou destruição de bens culturais, a jornalista Vania Oliveira menciona que alguns destes monumentos, após o reparo necessário, voltaram a viver “a dura vida de ser estátua”. Em suas palavras, “é necessário aguentar sol e chuva diariamente, junto com o risco de sofrer atos de vandalismo, [...] ou ficar vários anos sem limpeza”²². Como se, por algum prodígio, fosse suspensa a condição de meros artefatos inanimados para que pudessem adquirir vida própria, algumas leituras do urbano acabam por mensurar a vitalidade de um bem tangível apenas ao grau de integridade de sua materialidade. Defendendo práticas de “revitalização” de objetos, tal concepção relega a um segundo plano as maneiras como os bens culturais são cotidianamente mobilizados na vida de uma sociedade. É preciso lembrar que, sem a disposição para perceber os usos e as apropriações que os inseriram em redes de sociabilidades diversas, possivelmente pouco poderíamos dizer a respeito da historicidade de um bem cultural patrimonializado.

A personificação de um objeto inanimado, tal como explicitado nas palavras impressas no jornal, demonstra certa compaixão para com alguns bens aos quais são atribuídos valores culturais supostamente intrínsecos. Ao mencionar “a dura vida de ser estátua”, é perceptível uma sensibilidade afrontada pela ação vandálica. De fato, os

²¹ VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 181.

²² OLIVEIRA, Vania. Op. Cit. p. 17.

ataques a ícones do patrimônio cultural urbano demonstram a multiplicidade de reações sensíveis que se manifestam na cidade, trazem à tona sensibilidades em confronto.

As sensações e suas marcas mais duráveis, os sentimentos, se manifestam, primordialmente, no âmbito das subjetividades humanas, revelando a presença dos indivíduos nas sociedades. Contudo, as sensibilidades são socialmente compartilhadas, traçando complexos itinerários de relações intersubjetivas que chamam a atenção de historiadores atentos a esta maneira peculiar de se relacionar no mundo e em relação a este mundo. Pelas reações de pequena ou ampla escala manifestadas ao longo da história, podemos tentar interpretar como algumas sensibilidades transcenderam a individualidade e mobilizaram experiências sociais, compartilhadas por múltiplas e multifacetadas interações²³. Perceber e interpretar estas sensibilidades, a partir dos rastros que deixaram, se mostra uma possibilidade interessante de pesquisa e, ao mesmo tempo, um desafio.

Os atos deliberados de vandalismo, atos de evidente agressão à integridade material de um bem cultural, afrontam as sensibilidades dos defensores da preservação e da manutenção da “ordem patrimonial”, impulsionando a construção discursiva da figura estigmatizada do “vândalo”. Embora tomados por muitos apenas como delinquentes, é importante lembrar que os chamados “vândalos” também manifestam, em seus atos, sensibilidades para com o passado da cidade. Assinaturas riscadas ou pichadas sobre monumentos públicos e outros bens culturais patrimonializados, que para um olhar conservador seriam a evidência de uma profunda insensibilidade para com o passado, podem também demonstrar os desejos de se inscrever taticamente no lugar do outro, de deixar a marca pessoal da passagem por um território urbano que, momentaneamente, foi também seu. No próprio Monumento ao Imigrante, subvertendo uma ordem desejada, atualmente conseguimos encontrar assinaturas inscritas com caneta de tinta indelével, além de alguns vestígios de *stickers* e de cartazes colados em protestos realizados na praça pública.

O diálogo aqui estabelecido com algumas narrativas de ataques ao patrimônio cultural de Joinville, nos faz lembrar os deslocamentos em relação aos significados e às sensibilidades esperadas por uma “ordem patrimonial” vigente. Diante da projeção de um sentido de tempo sobre o espaço, os habitantes da cidade, ao se apropriarem taticamente

²³ Cf. PESAVENTO, Sandra. Op. Cit.

deste “lugar próprio”, estabelecem múltiplas formas de vinculação sensível com um patrimônio cultural, subvertendo expectativas previamente delineadas.

Distante de qualquer apologia à destruição ou depredação de bens culturais, o que se pretendeu neste ensaio foi chamar a atenção, a partir das subversões de uma ordem definida, para o que seria, de fato, a “vitalidade” do patrimônio cultural, ou seja, para as maneiras como as pessoas se relacionam cotidianamente com a presença destas marcas do passado. Isso possui expressiva relevância, pois joga feixes de luz sobre facetas da vida cotidiana ainda à sombra das pesquisas acadêmicas que investigaram a história recente de Joinville.

Os historiadores, em sua interpretação crítica do passado e dos vestígios pelos quais se busca informações sobre este passado, podem contribuir significativamente na problematização da construção contemporânea de uma “ordem patrimonial” a partir de um olhar atento às ações desviantes e subversivas a esta ordem. Percebendo que a questão patrimonial não é consensual, é possível, a partir do campo historiográfico, investigar os usos e apropriações do passado pelo tempo presente, tentando se aproximar das diferentes manifestações de sensibilidade em relação ao tempo. Afinal, se podemos perceber nitidamente movimentos em defesa da preservação do passado, os quais demonstram um sentimento de apreço e respeito pelo patrimônio cultural, o contrário também é válido. Faz-se necessário, então, voltar os olhares para sensibilidades discrepantes em relação a este “dever” de preservação, sensibilidades que recolocam em discussão os valores atribuídos a determinados bens culturais cuja preservação é vista por alguns como algo indiscutível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. Elogio da Profanação. In: _____. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

POLL, Linda. O Passeio de Dona Francisca. **Jornal A Notícia**, Joinville, 2 set. 2012.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHATZIGIANNIS, Dimitrios. Rethinking Vandalism: alternative interpretations of deliberate destruction of cultural heritage. **E-Conservation Magazine**, Évora, n. 25, p. 182-195, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GAMBONI, Dario. **La destrucción del arte**: iconoclasia e vandalismo desde la Revolución Francesa. Madrid: Cátedra, 2014.

GROTH, Marlise. Patrimônio Ameaçado. **Jornal A Notícia**, Joinville, 14 jul. 2005. p. C1.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**: Arquitetura, Monumentos, Mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MUSIL, Robert. Monumentos. In: _____. **O Melro e outros escritos de Obra Póstuma Publicada em Vida**. São Paulo: Nova Alexandria, 1996.

OLIVEIRA, Vânia. O Monumento ao Imigrante está danificado. **Jornal A Notícia**, Joinville, 12 abr. 1992. p. 17.

PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: _____. LANGUE, Frédérique. **Sensibilidades na História**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SILVA, Janine Gomes da. **Tempo de Lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização**: história e memórias sobre a cidade de Joinville. Joinville: Univille, 2008.

VEYNE, Paul. Condutas sem crença e obras de arte sem espectador. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 175-188, jan./jun. 2012.

